



2020

RELATÓRIO ANUAL

REFORMAR – Research for Mozambique

Índice	
Prefácio	3
Perfil institucional.....	5
Missão	7
2020: Entre desafios e novas oportunidades.....	10
2020 Em Revista.....	12
1. Publicações	12
1.1 Relatórios de pesquisa.....	12
1.2 Artigos de Jornais	13
1.3 Relatórios aos Mecanismos Internacionais.....	14
2. Formações.....	14
3. Acções de Advocacia	17
4. Outras actividades	19
4.1 Participações.....	19
5. Filiação/Memorando de Entendimento	22
6. Apoio e colaborações.....	22
7. Divulgação.....	24
7.1 Website.....	24
7.2 Facebook.....	24
7.3 Twitter.....	24
Contactos	24



Prefácio

Sejam-me permitidas algumas palavras introdutórias a este Relatório Anual da REFORMAR – Research for Mozambique. Antes de mais, é importante assinalar o significado da sua contribuição para a reforma do sistema de justiça criminal, através de pesquisas, formações e advocacia em Direitos Humanos.

É inconcebível a uma sociedade imbuída de leis, que as mesmas sejam correctamente aplicadas, quando não lhe é dada critérios gerais que a permitam equacionar e resolver casos concretos.

Se os diferentes actores do sistema jurídico moçambicano perdessem as diretrizes, o mesmo incorreria a uma desestruturação, e aqui, a meu ver, reside o papel da REFORMAR, como entidade fiscalizadora da aplicação correcta e efectiva da Lei.

A REFORMAR contribui com pesquisas que abrangem assuntos como a erradicação de crimes não tipificados; erradicação e prevenção da tortura; a prisão preventiva; a constitucionalidade das disposições processuais penais, justiça juvenil e penas alternativas à pena de prisão, aspectos que trouxeram importantes desenvolvimentos no âmbito da justiça criminal em Moçambique.

Outrossim, a REFORMAR está expandindo o ramo da pesquisa à situação de grupos-alvo específicos no contacto com o sistema de justiça criminal, em particular crianças em conflito e contacto com a lei (imputáveis e inimputáveis), pessoas com deficiência e mulheres encarceradas, propostas adequadas para os problemas que a sociedade moçambicana enfrenta actualmente.

Uma legislação inquinada de vícios, não traz somente resultados nocivos na sua aplicação, como também fomenta o descrédito da ordem jurídica, multiplicando as situações de desrespeito, e o recurso à métodos ilegais, como é o caso da justiça com as próprias mãos, quiçá de violência, para resolução de litígios.

A REFORMAR está empenhada na discussão de ideias inovadoras, sendo um dos pilares de actuação, alimentar o debate exaustivo, sério e responsável de temas relevantes e prioritários para o sistema de justiça criminal em Moçambique.

Ainda na senda do papel da REFORMAR na área da Direito Criminal e dos Direitos Humanos, é de referir que o segredo de justiça tem sido um calcanhar de Aquiles, visto que a sua violação está patente no dia-a-dia da nossa sociedade, transformada e assumida como um acto corriqueiro, sendo este um tema antiquíssimo, e entretanto nada mais actual e promissor para a mesma começar um conjunto de estudos comparados sobre Direito, Justiça e Direitos Humanos.

Os Direitos Humanos reflectem uma construção axiológica a partir de um espaço simbólico de luta e acção social. Compõem uma racionalidade de resistência, na medida em que traduzem processos que abrem e consolidam espaços de luta pela dignidade humana. Invocam uma plataforma emancipadora voltada à protecção da dignidade humana.

Os Direitos Humanos não traduzem uma história linear, não compõem a História de uma marcha triunfal, nem a História de uma causa perdida de antemão, mas a História de um combate.

Vivemos num mundo globalizado. Contudo, o debate das reformas jurídicas em Moçambique faz-se num contexto totalmente paroquial, alimentado pelas mesmas ideias e premissas do passado. O segredo da investigação no processo penal merece atenção especial desta organização da sociedade civil.

As reflexões apresentadas neste Relatório Anual indicam algumas pistas para um segredo da investigação em processo penal mais adequado à realidade da sociedade em que vivemos. O Relatório identifica os problemas comuns, nomeadamente, a violação do segredo de justiça e Direitos Humanos e



algumas propostas de reforma, quer em termos de consequências para o processo penal, como em termos de consequências para os infractores.

Claramente, o Relatório Anual em alusão merece a devida atenção do legislador moçambicano, com a esperança de que, nas próximas reformas legislativas, o mesmo seja fruto de uma avaliação mais abrangente com vista a uma reforma profunda da legislação e sua correcta aplicação.

Tenho Dito

Luis Cezerilo



Perfil institucional

A REFORMAR - Research for Mozambique é uma organização da sociedade civil que fornece pesquisa, formações e advocacia em justiça criminal e Direitos Humanos em Moçambique e outros países africanos de língua portuguesa.

Criada em 2015, a REFORMAR reconhece que os Direitos Humanos nos sistemas de justiça criminal são violados, que a defesa e promoção dos Direitos Humanos na justiça penal pressupõe pesquisas baseadas em evidência, que a formação regular e abrangente de todos os actores que trabalham no sector da justiça, é importante para desenvolver conhecimento e mudar comportamentos, e que as reformas baseiam-se no desenvolvimento das leis, políticas e práticas.

O trabalho da REFORMAR é fundamentado em leis internacionais, regionais e nacionais. A REFORMAR trabalha em parceria com organizações locais, garantindo a aprendizagem e o crescimento mútuos. A REFORMAR trabalha em várias línguas, mas garante principalmente que, a nível internacional e regional, a importância da língua portuguesa seja reconhecida, pese embora não seja uma das línguas oficiais das Nações Unidas e da União Africana.

Organograma

Tina Lorizzo - Directora



Tina Lorizzo é membro fundadora da organização, Professora-Adjunta na Faculdade de Direito da Universidade de Western Cape (UWC) e Pesquisadora-Associada da Africa Criminal Justice Reform (ACJR), da mesma universidade, na África do Sul. Com enfoque na África Lusófona, Tina Lorizzo possui mais de quinze anos de experiência na área da justiça criminal e Direitos Humanos. Tina Lorizzo detém um LLM em Justiça Criminal da Universidade da Cidade do Cabo (UCT) e um BA e LLB em Direito pela Universidade de Bolonha, Itália. Ela é Ph.D. candidata em Direito Público, na UCT. Seus interesses actuais estão relacionados à reforma carcerária e implementação das



penas alternativas à prisão, crianças em conflito com a lei, polícia e policiamento e a dinâmica entre o sistema de justiça formal e o direito consuetudinário.

Rosa de Americé Cumbe – Pesquisadora Júnior



Jurista e pesquisadora júnior, Rosa de Americé Cumbe é licenciada em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Rosa Cumbe tem grande interesse pela protecção dos Direitos Humanos no País. Rosa Cumbe teve a oportunidade de estagiar no Centro de Prática Jurídica (CPJ), da Faculdade de Direito da UEM, onde pôde aplicar na prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da sua licenciatura. Actualmente, Rosa encontra-se inscrita na Ordem dos Advogados de Moçambique como advogada estagiária. Rosa Cumbe exerce o estágio no Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ), como técnica jurídica no Tribunal de Menores da Cidade de Maputo.

Vanja Petrovic – Consultora Externa



Consultora externa, com domicílio em Joanesburgo, Vanja Petrovic, apoia a REFORMAR através planeamento estratégico e assessoria técnica. Vanja Petrovic auxilia a REFORMAR no desenvolvimento de estratégias organizacionais, de pesquisa, análise e elaboração de relatórios e desenvolvimento de módulos de formação. É uma profissional com quinze anos de experiência em projectos de desenvolvimento internacional relacionados à boa governação, Estado de Direito e Direitos Humanos, além de pesquisas académicas relacionadas à justiça criminal e social. Vanja Petrovic possui um MPhil em Criminologia, Direito e Sociedade pela UCT. Seus interesses de pesquisa estão



relacionados com direitos civis e políticos, direitos dos reclusos, crianças em conflito com a lei, vitimologia e direitos das vítimas.

A equipa é multidisciplinar, proveniente de diferentes enquadramentos académicos (direito, criminologia e sociologia) e experiências de trabalho. A equipa tem uma década de experiência em pesquisa, formação e advocacia, a nível internacional e nacional, sobre justiça criminal e projectos de desenvolvimento. A REFORMAR produz trabalhos não apenas em língua Portuguesa, mas também em Inglês e Francês. A equipa, também é fluente em Changana, Italiano, Espanhol e Servo.

Missão

A REFORMAR trabalha especificamente em três áreas: pesquisa, formação e advocacia, no âmbito da justiça criminal e Direitos Humanos.

Conduzir pesquisas baseadas em evidências representa o trabalho central da REFORMAR. Sem evidências, a REFORMAR acredita que não é possível elaborar relatórios que possam trazer factos verificáveis e apresentar recomendações para mudança de leis, políticas e práticas.

Projectos anteriores de pesquisas que abrangeram questões como erradicação de ofensas desactualizadas; erradicação e prevenção da tortura; prisão preventiva; constitucionalidade das disposições processuais penais, justiça juvenil e penas alternativas à prisão, trouxeram importantes desenvolvimentos no âmbito da justiça criminal, em Moçambique. O Código Penal de 2014 eliminou crimes como a vadiagem e mendicidade. No mesmo Código, a tortura foi criminalizada e depois do lançamento da pesquisa sobre crianças em conflito com a lei, sensibilidades por parte de organizações da sociedade civil desenvolveram-se para apoiar este grupo-alvo de crianças, por muito tempo esquecido.

Actualmente, a REFORMAR está expandindo o ramo da pesquisa à situação de grupos-alvo específicos no contacto com o sistema de justiça criminal, em particular as pessoas com deficiência e mulheres encarceradas. São também, considerados aspectos específicos do tratamento das pessoas dentro do sistema criminal, como o tratamento de detenção nas esquadras da Polícia e acesso à Direitos Humanos específicos como acesso a Educação, nos Estabelecimentos Penitenciários do país.

A REFORMAR está também, a alargar o ramo de acção geográfica das pesquisas. A maior parte das pesquisas são feitas na Cidade e Província de Maputo. Quando pretende-se entender a situação de outras partes do país, são quase sempre consideradas as cidades de Nampula e Beira, representativas do Norte e Centro do país. É claro que este facto deve mudar, e a REFORMAR está a criar ligações



fortes com Universidades, organizações da sociedade civil (OSC) e outras entidades que estão localizadas em outras partes do país. Parcerias já foram criadas nas Províncias de Inhambane, Zambézia, Tete, Manica e Nampula.

A segunda área de actuação da REFORMAR é a de formação. A REFORMAR organiza formações a todos os actores de justiça criminal entre polícia, agentes penitenciários, magistrados judiciais e do ministério público, advogados, outros oficiais judiciais e juízes de tribunais comunitários. Através de uma colaboração com a ACJR, da Universidade de Western Cape, a REFORMAR tem também apoiado formações a membros de OSC seja *in loco* ou na Cidade do Cabo.

Formações anteriores abrangeram, na maior parte, agentes penitenciários e magistrados judiciais e do ministério público, sobre áreas específicas relacionadas à prisão preventiva. No início, as formações eram organizadas por cada instituição, facto que mudou com o passar do tempo. Foi claro que, não só para desenvolver conhecimentos, mas também para pressionar mudanças, era necessária uma troca de experiências entre os diferentes actores que trabalham directa ou indirectamente com assuntos específicos. Mostrou-se necessária a confrontação de ideais sobre desafios e boas práticas, que pudessem impulsionar a mudança não apenas das leis e das políticas, mas também, de práticas.

Em 2020, polícia, agentes penitenciários, magistrados judiciais e do ministério público, advogados e outros oficiais judiciais, foram convidados em *workshops*/sessões de formação para partilhar as diferentes opiniões e juntos crescer.

Um dos desafios persistentes continua sendo o impacto das formações, para que não sejam apenas um acúmulo de informações, mas também possam ser aplicadas, em positivo, no trabalho diário de todos os actores formados. A REFORMAR está trabalhando para que as formações tenham impacto que possa ser avaliado. Através das formações sobre crianças em conflito com a lei, avanços estão sendo registrados, por exemplo, com a diminuição de crianças encarceradas, aumento de sensibilidades sobre esse grupo-alvo por parte de magistrados judiciais e outros actores que trabalham na administração da justiça criminal.

Por fim, a REFORMAR está engajada num activo trabalho de advocacia, a nível independente, mas também com outras OSC, para melhorar a protecção e defesa dos Direitos Humanos e o acesso à justiça no país.

A REFORMAR apresenta relatórios regulares às organizações internacionais, nomeadamente, o Comité contra a Tortura, Comité sobre os Direitos Humanos e Comité sobre os Direitos das Crianças. Em 2020, um relatório sobre a situação de mulheres encarceradas foi enviado para Genebra, no âmbito da revisão da Convenção sobre e a Eliminação de todas as Discriminações contra Mulheres e o relatório sobre matérias inerentes à justiça criminal foi submetido no âmbito da Revisão Periódica Universal.



A REFORMAR continua engajada com uma advocacia de nível nacional. Actualmente, está a ser elaborada uma estratégia para responder à Recomendação 003/GP/2019 do Provedor de Justiça, sobre o direito dos reclusos ao voto.

A REFORMAR também participa de vários *workshops* e mesas redondas, nacionais e internacionais, para contribuir no debate sobre o respeito de Direitos Humanos. A título de exemplo, a participação nos anos passados, na Consulta Temática do Estudo Global da ONU sobre Crianças Privadas de Liberdade, na cidade de Pretória e na Sessão da Comissão Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos. Em 2020, a participação da REFORMAR no evento organizado pelas OSC, durante a Cimeira dos Povos da Africa Austral, trouxe importantes contribuições sobre os desafios da justiça criminal na região. Outra actividade digna de realce, em 2020, é a filiação com o *African Centre of Excellence for Access to Justice*, in Kigali, Ruanda. Estamos ansiosos de perceber quais serão os novos desafios dessa parceria.



2020: Entre desafios e novas oportunidades

O ano de 2020 foi um ano desafiador para todos nós. Logo no início de 2020, a pandemia da Covi-19 afectou a implementação das actividades planificadas, causando uma breve paragem de reflexão. Enquanto testemunhávamos as primeiras perdas de vidas humanas a nível internacional, reflectíamos sobre como não deixar parar o nosso trabalho.

No dia 30 de Março, a introdução do Estado de Emergência (EdE) mostrou-nos as limitações práticas que o vírus traria ao nosso trabalho e as nossas vidas. Foi com grande alarme que começamos a notar as consequências do EdE. Assistimos à decisão do Estado Moçambicano de usar o sistema de justiça criminal para punir os infractores que violassem as limitações que os decretos iam introduzindo. Uma decisão comum aos outros Países da região. O uso excessivo da força por parte da Polícia, as detenções, prisões preventivas e encarceramento começaram a fazer parte das notícias diárias que chegavam a nós.

Enquanto ouvíamos inertes estas notícias, nos preparávamos a recomeçar através da campanha “TODOS PROTEGIDOS”. Sabíamos que o acesso às máscaras, itens de extrema necessidade e importância para limitar a propagação do vírus entre outras medidas, era um luxo que os reclusos, dentro dos Estabelecimentos Penitenciários, não podiam permitir-se.

Como organização que por anos vem trabalhando para a protecção dos Direitos Humanos no sistema de justiça criminal, não podíamos não agir. Começamos a campanha “TODOS PROTEGIDOS” com o objectivo de proteger minimamente a saúde dos reclusos e funcionários penitenciários. O apoio de várias OSC e parceiros de desenvolvimento foi fundamental na aquisição de capulanas para que reclusos em todo o País pudessem fabricar as próprias máscaras. Apoiamos também com a reparação de máquinas de costura e compra de outras. Até Setembro, conseguimos cerca de 1000 capulanas e os reclusos produziram cerca de 15.000 máscaras para si e agentes penitenciários.

Em junho, cerca de três meses depois do primeiro Decreto do EdE, decidimos que escrever uma carta aberta ao Presidente da República e as várias instituições do sistema da administração de justiça representasse a forma de mostrar a nossa preocupação com os acontecimentos relacionados especialmente ao uso excessivo não apenas da força policial, mas também da prisão por parte de magistrados judiciais, contra os desobedientes. Sugerimos que medidas fossem tomadas para que os esforços iniciais de amnistiar e perdoar os reclusos nos superlotados Estabelecimentos Penitenciários não fossem em vão.



As nossas planificadas actividades de pesquisa não subiram sobressaltos tendo já avançado com os trabalhos de campo antes da pandemia. As actividades de formação presenciais, entretanto, tiveram de ser substituídas em actividades *on-line*. Continuamos com a nossa colaboração com o Centro de Formação Jurídica e Judiciária, formando magistrados judiciais e do Ministério Público, polícias, agentes penitenciários, advogados e defensores públicos nas matérias objecto das nossas pesquisas. Em particular, continuamos a formar sobre a necessidade de olhar aos impactos socioeconómicos da prisão preventiva, às crianças em conflito com a lei, mas também às penas alternativas a prisão, para sensibilizarmos para mudanças no sistema.

As crianças/jovens encarceradas viraram para nós uma camada importante. A necessidade de azerarmos o número de crianças encarceradas e diminuir os jovens reclusos e intervir socialmente mais que criminalmente para prevenir e combater a criminalidade juvenil virou uma prioridade. Além das actividades de capacitação sobre as pesquisas relacionadas às crianças encarceradas, produzimos dois artigos de opinião e publicamos com o objectivo de sensibilizar os leitores sobre o assunto.

Em 2020 começamos a olhar também à Polícia através do quadro teórico que a ACJR desenvolveu sobre a Polícia Democrática. É para nós um ganho importante começar a advogar para mudança no âmbito da detenção e custódia policial, como as mais vulneráveis fases da justiça criminal.

O ano de 2020 foi desafiador, mas trouxe também novas oportunidades. Soubemos adaptar-nos ao novo contexto, respondendo as exigências do momento e avançando com o nosso trabalho. O ano de 2020 foi o quinto ano da nossa existência como REFORMAR e também se com a Covid-19, conseguimos recolher os frutos de anos de trabalho. Sentimos a afirmação nacional e regional como organização que trabalha sobre o sistema de justiça criminal com compromisso. Estamos aqui para constantemente R E F O R M A R o sistema de justiça criminal e continuaremos a fazê-lo!

Com compromisso

Tina Lorzio



2020 Em Revista

I. Publicações

I.1 Relatórios de pesquisa

No ano de 2020, a REFORMAR conduziu diferentes pesquisas e produziu vários relatórios de pesquisa, para instituições governamentais e organizações da sociedade civil. Na secção que segue, serão elencados, acompanhados por resumos, todos relatórios, reportando também a data da conclusão do trabalho.

Crianças em Conflito com a Lei – Acesso à Assistência Jurídica e Programas de Reabilitação e Reinserção Social

Janeiro de 2020

A REFORMAR realizou em 2019, para a Organização não-governamental Rede da Criança, a pesquisa sobre Crianças em Conflito com a Lei: Acesso à Assistência Jurídica e Programas de Reabilitação e Reinserção Social. O estudo versava fundamentalmente sobre o acesso à justiça nos vários estágios do processo criminal, desde a detenção em custódia policial até a condenação e o acompanhamento que as crianças recebem após a sua entrada no Estabelecimento Penitenciário. De salientar que o grupo-alvo desta pesquisa foram as crianças imputáveis (maiores de 16 a 21 anos de idade). O estudo foi feito em colaboração com o Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP), a Procuradoria-Geral da República (PGR), Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS), Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ) e o Instituto de Assistência Jurídica (IAJ) da Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM). O estudo foi realizado em Maputo, Sofala e Nampula, em representação a cada região do país. O Relatório resumido da pesquisa foi publicado em Janeiro de 2020 e pode ser acessado em: <https://reformar.co.mz/publicacoes/manual-de-criancas-em-conflito-com-a-lei-2019.pdf>. O relatório completo, com informações mais detalhadas dos resultados da pesquisa, foi publicado em Janeiro de 2021 e está disponível em: https://reformar.co.mz/publicacoes/digital-criancas-em-conflito-com-a-lei_rdc.pdf

Alternativas à Pena de Prisão. A Implementação do Trabalho Socialmente Útil (2015-2019)

Outubro de 2020



A pesquisa conduzida pela REFORMAR, em colaboração com a ACJR, avalia a implementação do Trabalho Socialmente Útil (TSU) em Moçambique, entre 2015 e 2019. Examina o seu uso pelos tribunais e a implementação pelo SERNAP. As conclusões apontam para vários problemas de implementação do TSU, como a escassa aplicação deste pelos tribunais, bem como desafios na monitoria dos infractores, pelo Serviço de Penas Alternativas à Pena de Prisão (SPAPP). Vários problemas sistémicos foram encontrados, como falta de formações, falta de diretrizes de gestão do TSU e falta de recursos materiais e financeiros necessários para a implementação efectiva do TSU. Independentemente da nova estrutura legal introduzida com o novo Código Penal, será necessário retirar lições valiosas do período em análise. Nas conclusões, o relatório aponta algumas recomendações para abordar as deficiências.

A pesquisa é da autoria da Vanja Petrovic, Tina Lorizzo, e o Professor Lukas Muntingh da Universidade de Western Cape e Coordenador do projecto ACJR.

O relatório encontra-se disponível na sua íntegra em: https://reformar.co.mz/publicacoes/tsu-em-portugues_final-version-7-10.pdf. A versão inglesa pode ser encontrada em: <https://reformar.co.mz/publicacoes/tsu-moz-english.pdf>

1.2 Artigos de Jornais

Em 2020, a REFORMAR publicou os seguintes artigos, nos jornais nacionais:

1. *Lorizzo, T. O Trabalho Socialmente Útil. O que muda com o Novo Código Penal.* Jornal O País, 4 de Março de 2020.
2. *Lorizzo, T. As Prisões em tempo da Covid-19.* Jornal O País, 7 de Abril de 2020.
3. *Lorizzo, T. Prisões em Tempos da Covid-19: entre fragilidades e soluções internacionais e nacionais.* Boletim informativo Wokolola do Centro de Formação Jurídica e Judiciária. V. 3 nr. 1. pp.
4. *Petrovic, V. Desobedecer ao Estado de Emergência –“consertando” problemas da justiça criminal durante a crise da Covid-19.* Jornal O País, 7 de Abril de 2020.
5. *Lorizzo, T. O Futuro depende de nós! O impacto da prisão e encarceramento das crianças.* Jornal O País, 9 de Dezembro de 2020.
6. *Cumbe, R. O dilema das crianças encarceradas em tempos da Covid-19.* Jornal O País, 23 de Dezembro de 2020



I.3 Relatórios aos Mecanismos Internacionais

Submissão ao 3º Ciclo da Revisão Periódica Universal de Moçambique

Outubro de 2020

A REFORMAR, submeteu em Outubro de 2020, o seu relatório ao 3º Ciclo da Revisão Periódica Universal de Moçambique em relação ao campo da justiça criminal no país. O mesmo encontra-se disponível em: <https://reformar.co.mz/publicacoes/upr-moz-reformar.doc/view>

2. Formações

Seminário sobre o Impacto do Acórdão 4/CC/2013, de 17 de Setembro com os Formadores das Escolas Policiais

Fevereiro de 2020

No dia 21 de Fevereiro de 2020, a REFORMAR, em colaboração com o CFJJ e com o apoio do ACJR, realizou um seminário sobre o Impacto do Acórdão 4/CC/2013, de 17 de Setembro.

O seminário teve como público-alvo os formadores da Academia de Ciências Policiais (ACIPOL) e da Escola Prática da Polícia - Matalane (EPP-M). Entre os oradores, o Dr. Rafael Sebastião, Venerando Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo e a Dra. Tina Lorizzo.

O seminário serviu como uma chamada de atenção sobre as mazelas que despromovem os Direitos Humanos e direitos fundamentais no âmbito da justiça criminal.

Concluiu-se que o Acórdão é progressivo, na medida em que consolida o Estado de Direito e realça o princípio da separação de poderes. Entretanto, para a sua efectivação, os participantes destacaram problemas como o escasso número de juízes de instrução criminal, a falta de formações regulares e contínuas com a polícia, para aumentar conhecimento baseado em direitos humanos.

Ciclo de Seminários Formativos sobre Direitos Humanos Aplicados à Justiça Criminal nas Províncias de Sofala e Nampula

Julho, Agosto e Setembro de 2020



A REFORMAR e a ACJR, em colaboração com o CFJJ, organizaram e dirigiram nos dias 28 de Julho, 4 e 13 de Agosto, na província de Sofala, e entre os dias 22 a 24 de Setembro, na província de Nampula, seminários formativos sobre Direitos Humanos aplicados à Justiça Criminal.

Estes seminários visavam formar diversas instituições da sociedade e do Estado que lidam com justiça criminal e Direitos Humanos nas províncias de Sofala e Nampula.

Constituíram principais focos dos seminários, os seguintes temas: (i) divulgação e discussão do impacto do Acórdão 4/CC/2013, de 17 de Setembro, na actuação da Polícia, Magistrados Judiciais e do Ministério Público, e outros actores do sistema de justiça; (ii) apresentação e discussão do quadro conceptual da Polícia Democrática; e (iii) apresentação e discussão do quadro legal nacional e internacional e práticas sobre crianças em conflito com a Lei (em particular as encarceradas) e (iv) o impacto socioeconómico da prisão preventiva.

Ao fim dos seminários, concluiu-se que para a melhoria do sistema de justiça, deve haver mais formações numa abordagem de direitos humanos para todos actores que trabalham directa e indirectamente na administração da justiça. Concluiu-se igualmente que deve haver um trabalho de divulgação contínua das leis e da jurisprudência nacional e de análise crítica das mesmas; que precisa trabalhar mais para sensibilizarmos sobre o impacto da prisão e criar um debate nacional sobre a justiça restaurativa, para a materialização do verdadeiro sistema de justiça juvenil. Em fim, que uma pesquisa que olha à Polícia Democrática em Moçambique é necessária.

Formação dos Formadores sobre a Nova Legislação Penal

Outubro e Novembro de 2020

A REFORMAR, representada pela sua Directora, fez parte do grupo de formadores do curso para formadores do pacote da nova legislação penal, (nomeadamente, o Código do Processo Penal, Código Penal e Código de Execução das Penas), que entrou em vigor em Dezembro de 2020. As capacitações foram dirigidas aos magistrados da Cidade de Maputo, Província de Maputo e Cidade de Nampula, em Outubro e Novembro, respectivamente. O evento foi organizado pelo Tribunal Supremo, com apoio do PNUD e da União Europeia.

Curso de Capacitação em Matéria de Direitos Humanos da Criança e Violência Baseada no Género para Membros dos Tribunais Comunitários



Outubro de 2020

A Directora da REFORMAR fez parte do grupo de formadores que capacitou juízes dos tribunais comunitários em matérias ligadas aos Direitos das Crianças. Em particular, os Direitos Humanos das Crianças em Conflito com a Lei foram abordados, trazendo os resultados das pesquisas que, nos últimos anos, foram desenvolvidas sobre a matéria. O Curso de capacitação foi organizado pelo CFJJ, e teve lugar na Cidade de Nampula, de 18 a 22 de Outubro de 2020 e na cidade de Xai-xai, província de Gaza, nos dias 26 e 29 de Outubro de 2020.

Ciclo de Seminários Formativos sobre Direitos Humanos Aplicados a Justiça Criminal para a 1ª Comissão da Assembleia da República de Moçambique

Outubro de 2020

A REFORMAR e a Africa Criminal Justice Reform (ACJR), organizaram nos dias 26 e 27 de Outubro, no Hotel Southern Sun, na Cidade de Maputo, um ciclo de seminários formativos sobre Direitos Humanos aplicados à Justiça Criminal, para a 1ª Comissão da Assembleia da República.

O ciclo de seminários visava chamar à consciência dos deputados da 1ª Comissão, a necessidade do respeito e observância pelos Direitos Humanos no campo da justiça criminal no país, considerando o seu papel de legislador, bem como o dever de fazer o acompanhamento das actividades dos serviços penitenciários. É de extrema importância que os parlamentares possam ampliar e aprimorar os seus conhecimentos no sector da justiça criminal.

Constituiu objectivo deste ciclo de seminários formativos, levantar um debate sobre os problemas que o sistema da justiça moçambicano enfrenta, bem como as possíveis soluções, não só legislativas, mas também de implementação dos quadros legais.

O primeiro dia do evento contou com dois temas principais: “O Papel da Polícia no Estado de Direito Democrático” e “o Quadro legal das Penas Alternativas à Pena de Prisão”. O segundo dia teve como tema único “a Criança em Conflito com a Lei”.

O evento juntou, além dos Deputados da 1ª Comissão da Assembleia da República, Procuradores, Juízes, funcionários do Serviço de Penas Alternativas a Pena de Prisão (SPAPP) e académicos.

A abertura oficial do seminário foi dirigida por Sua Excia Vice-Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Dr. Filimão Suaze. O Vice-Ministro defendeu que os temas escolhidos constituem uma preocupação comum do Governo, no âmbito do respeito, protecção e promoção dos



direitos humanos, no País. O Vice-Ministro destacou ainda que é animador saber que os temas agendados respondem às reais necessidades no reforço da capacidade institucional da Assembleia da República.

Um trecho do seminário pode ser visto *online* em: <https://youtu.be/09NNAGQXnNo>

Formação sobre Metodologia de Elaboração de Relatórios de Direitos Humanos para Sociedade Civil em Angola

Dezembro de 2020

De 4 a 18 de Dezembro de 2020, a REFORMAR, representada pela sua Directora, participou como formadora, do curso *online* sobre metodologia de elaboração de relatórios de Direitos Humanos para sociedade civil. O evento foi organizado pelo Centro de Direitos Humanos e Cidadania, da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola. Nesse evento, Tina Lorizzo compartilhou a experiência da REFORMAR na submissão de relatórios de Direitos Humanos aos mecanismos internacionais de protecção.

O objectivo da formação era de preparar os integrantes da sociedade civil angolana, para actuar directamente nos mecanismos do sistema de Direitos Humanos das Nações Unidas e da União Africana.

3. Acções de Advocacia

Em 2020, a REFORMAR organizou diferentes acções de advocacia, em forma de relatórios, assim como, de campanhas e eventos/*workshops*.

Campanha TODOS PROTEGIDOS

Abril de 2020 a Novembro de 2020

A REFORMAR, em colaboração com o Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP), lançou no dia 17 de Abril, a Campanha “Todos Protegidos”, para a protecção do direito à saúde dos reclusos nos Estabelecimentos Penitenciários, durante a crise da pandemia da Covid-19.



A iniciativa “Todos Protegidos” visava garantir o direito à saúde dos reclusos, através da disponibilização de máscaras dentro dos Estabelecimentos Penitenciários. O uso de máscaras foi recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como uma medida para conter a disseminação da Covid-19 em todos os espaços públicos onde há concentração de pessoas. Sendo as prisões uma preocupação especial a esse respeito e depois da Lei n.º 1/2020, de 31 de Março (lei que regula o Estado de Emergência) ter recomendado o uso de máscaras, também em materiais de produção local, a REFORMAR iniciou o projecto de produção de máscaras para reclusos e funcionários penitenciários.

Com as capulanas que a REFORMAR recebeu de vários doadores, nacionais e internacionais, foram produzidas nos estabelecimentos penitenciários, cerca de 15.496 máscaras em todo o país.

A REFORMAR reitera mais uma vez, os agradecimentos a todos que apoiaram esta campanha, nomeadamente: A Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE); *JOINT* – Liga das ONGs; Fórum Mulher; Associação Moçambicana de Mulheres de Carreira Jurídica (AMMCJ); REPADES – JAC; Liga dos Direitos Humanos (LDH) de Tete; Organização Tabita; Casa Ndangwine; HIKONE; Irmãs da Caridade; Voluntary Service Overseas (VSO) e a União Europeia (EU). Sem o apoio destas instituições a REFORMAR não teria alcançado os seus objectivos com a campanha.

Carta Aberta sobre o Impacto do Estado de Emergência no Sector da Justiça Criminal

Junho de 2020

No dia 15 de Junho de 2020, a REFORMAR enviou uma carta aberta para a Presidência da República, sobre o Impacto do Estado de Emergência no Sector da Justiça Criminal.

A carta reflectiu a preocupação da REFORMAR, face ao impacto das decisões do Decreto que instituiu o Estado de Emergência para o sistema de justiça criminal, como o caso do excessivo uso da força por parte da polícia, alto número de detenções por desobediência às medidas impostas pelo Estado de Emergência, uso excessivo da prisão por violações que não representam uma ameaça à segurança pública e detenções excessivas por crimes de pequena gravidade, que colocaram uma pressão desnecessária no sistema de justiça criminal. Na aludida carta, a REFORMAR avançou com algumas recomendações a esse respeito, sendo destaque a questão da não aplicação da prisão para os que violam o Decreto sobre o Estado de Emergência e a aplicação de multas, tendo em consideração as condições socioeconómicas da maior parte dos cidadãos moçambicanos.



A REFORMAR, a Africa Criminal Justice Reform (ACJR), CHREAA, e a Uganda Cristian University, realizaram no dia 19 de Novembro de 2020, um webinário sobre o direito dos reclusos ao voto, no panorama Africano.

O webinário teve como facilitadora, Janelle Manguwanda, da ACJR e os seguintes painelistas: Tina Lorizzo, da REFORMAR (Moçambique); Victor Mhango, da CHREAA (Malawi); LukasMunting da ACJR (África do Sul) e; Peter David Mutesasira, da Uganda Cristian University (Uganda).

Após as apresentações, seguiu-se o debate, onde os intervenientes compartilharam suas inquietações e opiniões em relação ao direito ao voto pelos reclusos. Em linhas gerais, os participantes concordaram que enquanto as leis internas não vedarem o direito dos reclusos ao voto, os respectivos Estados devem garantir que os reclusos exerçam seu direito, pois, limita-los, constitui um acto de ilegalidade.

4. Outras actividades

Em 2020, a REFORMAR participou de outras actividades, nas quais, deu a sua contribuição. No parágrafo a seguir serão, no específico, elencadas participações da REFORMAR em eventos nacionais e internacionais.

4.1 Participações

Seminário de Capacitação sobre Monitoria e Avaliação do Impacto da Aprendizagem (MILE) com os Actores Primários e Parceiros

Fevereiro de 2020

Nos dias 19 e 20 de Fevereiro de 2020, decorreu no edifício da Caritas Moçambique, em Maputo, o Seminário de capacitação sobre monitoria e avaliação do impacto da aprendizagem (MILE), com os actores primários e parceiros, organizado pela Voluntary Service Overseas - VSO.

O principal objectivo do seminário foi de capacitar os parceiros no uso da nova metodologia de monitoria de projectos.



Por um Documento sobre um Estado de Emergência com Justiça Social, Ambiental, Económica e de Género
Abril de 2020

Em Abril de 2020, face à situação de crise sanitária devido à pandemia da COVID-19 que vivemos, contrapostas às medidas decretadas pelo governo de Moçambique para minimizar os impactos da pandemia, a Justiça Ambiental em conjunto com várias outras organizações, como a REFORMAR e colectivos da sociedade civil, preparou um documento colectivo de análise, propostas para o governo e plano de acção para a sociedade civil.

O documento levou em conta os impactos que estas crises poderiam causar aos cidadãos moçambicanos, com particular atenção para os grupos sociais que poderiam ser afectados de forma desproporcional pelas medidas decretadas no âmbito do Estado de Emergência. Levantamos assim uma série de preocupações em relação a estas medidas e sugerimos algumas medidas adicionais que deveriam ser implementadas para minimizar os impactos negativos das medidas restritivas.

Para ter acesso ao documento na íntegra, clique no seguinte link: <https://aliancacl9.files.wordpress.com/2020/06/por-um-estado-de-emergencia-com-justicia-social-ambiental-economica-e-de-genero.pdf>

Impacto do Estado de Emergência no Sector da Justiça Criminal
Junho de 2020

No dia 22 de Junho de 2020, a Directora da REFORMAR participou do programa “Manhã Informativa”, do canal televisivo STV, para abordar o impacto do Estado de Emergência no sector da justiça criminal em Moçambique.

Tina Lorizzo falou sobre a carta aberta que foi dirigida às várias instituições públicas que lidam com a justiça criminal no país em relação ao impacto do Estado de Emergência no sector da justiça criminal.

A carta reflectiu a preocupação da REFORMAR face a actuação de todos os actores do sistema de justiça criminal que, na tentativa de fazer cumprir o Decreto sobre o Estado de Emergência, não levavam em consideração a questão dos Direitos Humanos dos cidadãos.

Seminário Internacional sobre Direitos Humanos nos Estabelecimentos Penitenciários em Tempos da Covid-19
Agosto de 2020



A REFORMAR participou no dia 11 de Agosto de 2020, do seminário organizado pela Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH), com o tema “Reflexão sobre Direitos Humanos nos Estabelecimentos Penitenciários em tempos da COVID-19”.

O seminário contou com os seguintes painelistas: Luís Bitone Nahe - Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH); João Nataf - Secretário do Subcomité das Nações Unidas de Prevenção a Tortura (SPT); Jeremias Cumbe - Director Geral do Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP); e Tina Lorzio.

O seminário teve como público-alvo académicos, sociedade civil e autoridades da justiça no país.

Em linhas gerais, o problema da superlotação nas penitenciárias foi debatido olhando os problemas e as várias soluções possíveis. Os oradores concordaram com a importância da formação de todos actores da justiça sobre as penas alternativas, e reconheceram a importância da aplicação das mesmas. Os oradores defenderam quão importante é realçar que quando se olha para as penitenciárias, não se deve esquecer que elas são a última etapa de um processo criminal que inclui vários actores, desde a polícia até os juízes.

Covid-19 e o Estado de Emergência em Moçambique” militarização, repressão, subsistência, Direitos Humanos e corrupção

Agosto de 2020

No âmbito da Cúpula alternativa dos Povos da SADC, a Aliança, composta por diversos movimentos sociais, sindicatos, activistas sociais, académicos, artistas, e outros grupos e organizações da sociedade civil Moçambicana, reflectiram sobre as consequências do Estado de Emergência no País.

A notícia pode ser acessada na sua íntegra em: <http://alternactiva.co.mz/2020/08/20/estado-de-emergencia-e-escrutinado-pela-sociedade-civil-militarizacao-repressao-subsistencia-direitos-humanos-e-corrupcao/>

Fórum de Articulação para Implementação da Legislação das Penas não Privativas de Liberdade

Outubro de 2020

A REFORMAR participou no dia 07 de Outubro de 2020, do Fórum de Articulação para Implementação da Legislação das Penas não Privativas de Liberdade, que teve lugar no Centro de



Conferências Joaquim Chissano. O evento foi organizado pelo Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP), em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O evento teve início com a intervenção do Director Geral do SERNAP, Dr. Jeremias Cumbe, seguido pela intervenção da Sua Excelência Vice-Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Dr. Filimão Joaquim Suaze. Na sua intervenção, o Vice-Ministro congratulou o compromisso do Governo em descongestionar os Estabelecimentos Penitenciários, através da Lei de Amnistia e Perdão. Exortou também que o Novo Código Penal traz certos desafios, no que respeita a sua implementação e interpretação.

Concluiu-se que, as penas alternativas à prisão são uma tendência mundial que vai a par e passo com a humanização das penas. E o Estado encontrava-se no momento certo para decidir qual direcção dar as alternativas à prisão. Entretanto, se notou que há desafios que devem ser superados, pois a cultura punitiva de todo o sistema de justiça criminal é paralela à cultura punitiva da comunidade.

5. Filiação/Memorando de Entendimento

Centro Africano de Excelência para o Acesso a Justiça (Centre of Excellence for Access to Justice)

Novembro de 2020

A REFORMAR, participou de um webinar organizado pelo Centro Africano de Excelência para o Acesso à Justiça (ACE – AJ) que teve lugar no dia 04 de Novembro de 2020, através da plataforma *Zoom Meeting*. Neste webinar, a REFORMAR foi apresentada oficialmente, como o mais novo membro *Centro Africano de Excelência para o Acesso a Justiça*.

O painel contou com os seguintes oradores: Tina Lorizzo, Vanja Petrovic e Rosa de Americe Cumbe, jurista e pesquisadora júnior da REFORMAR. O Dr. Maitre Andrews Kananga, membro fundador do ACE - AJ moderou a sessão.

6. Apoio e colaborações

A REFORMAR agradece o apoio que durante o ano, foi prestado por diferentes instituições governamentais e organizações da sociedade civil que a seguir serão elencadas.

PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO



Voluntary Service Overseas (VSO)

União Europeia (EU)

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS

Assembleia da República (AR)

Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP)

Procuradoria-Geral da República de Moçambique (PGR)

Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ)

Direcção Nacional de Direitos Humanos e Cidadania

Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ)

Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM)

Provedor da Justiça

Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Africa Criminal Justice Reform (ACJR)

Centro Africano de Excelência para o Acesso a Justiça (ACE – AJ)

Centro de Direitos Humanos (CDH)

JOINT – Liga das Organizações Moçambicanas

Centro de Integridade Pública (CIP)

WILSA

Rede da Criança (RdC)

Fórum Mulher (FM)



7. Divulgação

7.1 Website

O site da REFORMAR, <https://reformar.co.mz/>, é regularmente actualizado, com informações sobre as novas actividades e pesquisas. Em Janeiro de 2021, foram registados cerca de 16.000 usuários. A maioria dos visitantes foi da África do Sul, entretanto, a página também atraiu uma atenção significativa dos Estados Unidos e de vários países europeus.

7.2 Facebook

A REFORMAR possui uma página no Facebook ([REFORMAR – Research for Mozambique](#)) onde são publicadas actualizações regulares sobre os eventos, actividades, bem como comentários sobre as tendências e desenvolvimentos nacionais, regionais e internacionais actuais em justiça criminal e Direitos Humanos. No último ano, cerca de 500 usuários utilizaram a página da REFORMAR.

7.3 Twitter

A REFORMAR tem também uma página de twitter, no seguinte endereço: <https://twitter.com/REFORMAR3>

Contactos

REFORMAR – Research for Mozambique

Av. Sekou Touré 819

Maputo

Moçambique

Web: reformar.co.mz

Facebook: <https://www.facebook.com/Reformar-Research-for-Mozambique-1025085100903393/>

Twitter: <https://twitter.com/REFORMAR3>

